

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024**



COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos Patrimoniais	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Demonstrações do valor adicionado.....	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis.....	11

Relatório do auditor independente sobre a revisão das demonstrações financeiras

Aos
Administradores e acionistas da
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS
Florianópolis (SC)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS** (“Companhia” ou “SCGÁS”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formatação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 30 de janeiro de 2025.

TATICCA Auditores Independentes S.S. CRC/SP - 032267/O-1

ADERBAL
ALFONSO
HOPPE:5415602
5004

Assinado de forma digital por ADERBAL ALFONSO HOPPE:54156025004
Dados: 2025.02.12 10:37:12 -03'00'

Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC 1SC -020036/O

FERNANDO
MACHADO DOS
SANTOS:003961
20903

Assinado digitalmente por FERNANDO MACHADO DOS SANTOS:00396120903
Localização: Blumenau (SC)
Data: 2025.02.12 15:17:48 -03'00'

Fernando Machado dos Santos
Contador CRC SC -043302/O

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro 2023. (Em milhares de Reais - R\$)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	384.510	385.495	Fornecedores	15	139.995	188.680
Contas a receber de clientes	6	99.947	130.316	Empréstimos e financiamentos	18	36.580	31.044
Estoques	7	5.788	5.451	Passivo de arrendamento	12	2.501	1.240
Tributos a recuperar	10	33.242	38.396	Obrigações sociais e trabalhistas	19	15.917	12.957
Despesas antecipadas	8	1.999	2.592	Obrigações tributárias	16	8.863	8.411
Créditos nas Oper. de Aquis.de Gás	9	54.417	97.385	Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	11.i	19.736	-
Depósitos Cauçionados	15.a	2.431	-	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.v	16.456	14.806
Outras contas a receber		588	726	Participação financeira de clientes		1.560	1.499
				Outras contas a Pagar		6	-
		582.922	660.361			241.614	258.637
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	18	72.534	102.196
Aplicações financeiras	5	19.117	17.469	Passivo de arrendamento	12	6.203	32
Contas a receber de clientes	6	-	8.725	Fornecedores	15	8.553	-
Tributos diferidos	11.ii	6.739	5.664	Provisão para contingências	20	1.945	2.288
Tributos a recuperar	10	5.988	7.612	Cauções em garantia		2.985	2.484
Depósitos judiciais	20	3.521	3.346	Passivos setoriais	13	-	37.067
Despesas antecipadas	8	27	67			92.220	144.067
Ativos setoriais	13	35.740	-	Patrimônio líquido	21		
Outras contas a receber		24	497	Capital social		342.324	342.324
Imobilizado	12	7.834	1.058	Reservas de lucros		342.253	265.645
Intangível	14	474.189	412.105	Dividendos à disposição dos acionistas		117.690	106.231
		553.179	456.543			802.267	714.200
Total do ativo		1.136.101	1.116.904	Total do passivo e patrimônio líquido		1.136.101	1.116.904

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida - Venda de gás	22.a	1.809.536	1.987.985
Receita de construção	22.b	106.373	120.675
		1.915.909	2.108.660
Custo dos produtos vendidos	23	(1.525.104)	(1.786.262)
Custo de construção	22.b	(106.373)	(120.675)
		(1.631.477)	(1.906.937)
Lucro bruto		284.432	201.723
Despesas operacionais			
Despesas Comerciais	25	(9.079)	(9.639)
Despesas Administrativas	24	(56.179)	(52.122)
Outras receitas/despesas operacionais	26	(9.492)	5.957
		(74.750)	(55.804)
Lucro líquido operacional antes do resultado financeiro		209.682	145.919
Receitas financeiras	27	48.200	84.073
Despesas financeiras	27	(15.790)	(14.612)
		32.410	69.461
Lucro líquido operacional antes dos impostos		242.092	215.380
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(69.827)	(61.221)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	1.075	2.140
Lucro líquido do período		173.340	156.299
Lucro líquido por ação		16,13	14,54

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do período	173.340	156.299
Outros resultados abrangentes		-
Total do resultado abrangente do período	173.340	156.299

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. (Em milhares de Reais - R\$)

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Dividendos a disposição dos acionistas	Total
	Capital Social Integralizado	Legal	Estatutária	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	258.292	50.211	105.436	84.032	-	118.298	616.269
Aumento de Capital	84.032			(84.032)			
Constituição de Reservas							
Reserva Estatutária			2.123			(2.123)	
Reserva de Retenção Lucros				100.059		(100.059)	
Dividendos adicionais distribuídos						(16.116)	(16.116)
Lucro líquido de 01/01/2023 a 31/12/2023					156.299		156.299
Destinações							
Reserva Legal		7.816			(7.816)		
Juros sobre o capital próprio					(34.213)		(34.213)
Dividendos mínimos obrigatórios					(8.039)		(8.039)
Dividendos à disposição dos acionistas					(106.231)	106.231	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	342.324	58.027	107.559	100.059	-	106.231	714.200
Constituição de Reservas							
Reserva Estatutária			9.680			(9.680)	
Reserva de Retenção Lucros				58.261		(58.261)	
Dividendos adicionais distribuídos						(38.290)	(38.290)
Lucro líquido de 01/01/2024 a 31/12/2024					173.340		173.340
Destinações							
Reserva legal		8.667			(8.667)		-
Juros sobre o capital próprio					(38.764)		(38.764)
Dividendos mínimos obrigatórios					(8.219)		(8.219)
Dividendos à disposição dos acionistas					(117.690)	117.690	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	342.324	66.694	117.239	158.320	-	117.690	802.267

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Em milhares de Reais - R\$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do período	173.340	156.299
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido		
Depreciação de direito de uso	2.302	2.303
Amortização	43.024	34.543
Constituição/(reversão) de provisão de perdas com créditos esperadas	(24)	4.019
Constituição/(reversão) provisão para contingências passivas	(344)	(1.089)
Imposto de renda e contribuição social correntes	69.827	61.221
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.075)	(2.140)
Resultado nas alienações do ativo intangível	1.309	-
Juros provisionados e atualização sobre empréstimos e financiamentos	12.690	13.137
Juros arrendamento direito de uso	639	215
Atualização de tributos a recuperar	(329)	(5.613)
Resultado Ajustado	301.359	262.895
Redução/(aumento) líquido nos ativos		
Contas a receber de clientes	39.117	108.486
Tributos a recuperar	20.109	98.364
Estoques	(337)	(672)
Créditos nas operações de aquisição de gás	42.968	(85.268)
Ativos setoriais	(35.740)	99.779
Outras contas do ativo	(2.668)	678
(Redução)/aumento líquido nos passivos		
Fornecedores	(40.131)	(12.447)
Obrigações tributárias	73	3.021
Imposto de renda e contribuição social	(62.362)	(59.065)
Obrigações sociais e trabalhistas	3.078	1.207
Juros pagos sobre empréstimos	(6.381)	(7.220)
Passivos setoriais	(37.067)	37.067
Outras contas do passivo	569	(922)
	(78.772)	183.008
Caixa líquido gerado/(consumido) das atividades operacionais	222.587	445.903
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações Financeiras- Caixa Restrito	(1.648)	(1.683)
Adições ao intangível	(104.187)	(119.459)
Caixa gerado/(consumido) nas atividades de investimento	(105.835)	(121.142)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio	(83.364)	(82.058)
Pagamento de arrendamentos	(3.017)	(2.769)
Amortização de empréstimos	(31.356)	(19.720)
Caixa gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	(117.737)	(104.547)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(985)	220.214
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	385.495	165.281
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	384.510	385.495
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(985)	220.214

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Demonstrações do valor adicionado
Períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.
(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
I - RECEITAS	2.348.501	2.612.893
▪ Vendas de gás	2.220.883	2.460.636
▪ Outras receitas	127.595	156.276
▪ Perdas esperadas com créditos - Reversão (Constituição)	24	(4.019)
II - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.941.129)	(2.219.684)
▪ Matérias-primas consumidas	(1.808.058)	(2.071.950)
▪ Demais custos dos produtos vendidos	(18.133)	(17.805)
▪ Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(114.939)	(129.929)
III - VALOR ADICIONADO BRUTO (I + II)	407.372	393.209
IV - RETENÇÕES	(43.456)	(34.996)
▪ Amortização / depreciação	(43.456)	(34.996)
V - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA (III + IV)	363.917	358.213
VI - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	48.200	84.073
▪ Receitas financeiras	48.200	84.073
VII - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (V + VI)	412.117	442.286
VIII - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	412.117	442.286
Pessoal:	58.306	51.193
▪ Remuneração direta	45.279	40.475
▪ Benefícios	10.044	7.998
▪ FGTS	2.982	2.720
Impostos, taxas e contribuições:	155.580	211.076
▪ Federais	110.665	130.651
▪ Estaduais	44.659	80.183
▪ Municipais	256	242
Remuneração de capitais de terceiros	24.891	23.718
▪ Juros	15.790	14.612
▪ Aluguéis	9.100	9.106
Remuneração capitais próprios	173.340	156.299
▪ Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	46.983	42.253
▪ Lucros/Prejuízos retidos	126.357	114.046

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

1. Contexto operacional

a. A Companhia

A Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS, sociedade de economia mista, foi criada em 25 de fevereiro de 1994 por meio da autorização conferida pela Lei nº 8.999/93.

O objeto social da Companhia consiste em executar os serviços públicos locais de gás canalizado, com exclusividade, em todo o estado de Santa Catarina, conforme a Lei nº 9.493/94, que estabelece a concessão desse serviço e de acordo com o parágrafo 2º do artigo 25 da Constituição Federal.

O contrato de concessão, não oneroso, foi firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 (cinquenta) anos. A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC é responsável por garantir a execução do contrato, regular, controlar e monitorar as operações de distribuição de Gás Natural em Santa Catarina.

b. Contratos de Suprimentos para fornecimento ao mercado

A Companhia iniciou em 2024 a operação dos contratos de fornecimento de gás natural com dois fornecedores no modelo entradas e saídas passando a administrar a capacidade de saída como carregador em 3 dos 4 contratos firmes vigentes, iniciando novo ciclo de operação, com novas experiências em relação à gestão da capacidade de transporte.

Ainda colocou em prática a estratégia prevista de adotar contratos flexíveis (via contratos de termos gerais) para nominação de volumes de curto prazo, dentro do espaço de flexibilidade dos contratos firmes, com essa estratégia a Companhia consolida e demonstra que é possível operar no mercado junto a novos fornecedores, mesmo que em quantidades marginais, gerando um ambiente de concorrência que beneficia todo o mercado.

Objetivando reduzir a quantidade diária contratada (QDC) acima do limite estabelecido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), 2/3 do portfólio, a SCGAS publicou a Chamada Pública nº 011/24, processo que resultou a contratação junto à uma comercializadora, trazendo redução de custo de suprimento de gás ao mercado.

Em 2024 entraram em vigor novos aditivos contratuais com a Petrobras, tendo em vista a adesão ao denominado “mecanismo de performance” que permite o acesso a preço de molécula reduzido na parcela do volume retirado acima de 60% da QDC.

Em função das migrações de usuários para o mercado livre a partir de 2025 foi assinado o aditivo nº2 com a fornecedora Galp, tendo em vista ajustar ao cenário de mercado de Santa Catarina, mitigando o risco de exposição aos compromissos de retirada junto ao supridor. Na repactuação houve redução da QDC, conforme a proporção da Galp no portfólio. Tal ajuste de QDC também foi realizado junto à

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

Petrobras, conforme a sua participação no portfólio da Companhia. Foi emitida ainda regulamentação específica da ARESV visando homologar o procedimento de cálculo elaborado pela SCGÁS para determinação dos valores a serem quitados e/ou devolvidos em relação ao saldo da Conta Gráfica, para os usuários que migrarão para o mercado livre.

c. Resultados Operacionais

Em 31 de dezembro de 2024, o Capital Circulante Líquido - CCL da Companhia estava positivo no valor de R\$ 341,31 (R\$ 401,72 milhões em 31/12/2023). Em 2024, foram distribuídos pela Companhia 589,08 milhões de metros cúbicos de gás natural, no mesmo período do ano anterior, foram distribuídos 584,73 milhões de metros cúbicos de gás natural; por meio de nove (9) unidades, denominadas “estações de transferência de custódia - ETC”, com extensão de 1.624 km (em dezembro de 2023, a extensão da rede de distribuição era de 1.531 km), sendo 74 municípios atendidos.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 30 de janeiro de 2025, as quais sua divulgação será autorizada pelo Conselho de Administração.

Somente as informações relevantes para as demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

O Real é a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de real.

Todos os valores foram arredondados para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

a totalização dos valores. Dessa forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas continuamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referentes a políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 6** – Contas a receber de clientes;
- **Nota Explicativa nº 11** – Tributos diferidos;
- **Nota Explicativa nº 14** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 20** - Provisão para contingências.

e. Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e os benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização das receitas e confrontação das despesas.

b. Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatório o registro das receitas e dos custos de construção.

A Companhia não tem a construção de gasodutos como atividade fim, nem auferir ganho com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem a melhor proposta, conforme critérios previstos no edital, para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural - RDGN - é reconhecida integralmente como custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão.

Em virtude do descrito acima, a Companhia registra receitas de construção, tendo como contrapartida custos de construção de mesmo valor.

c. Instrumentos financeiros não derivativos

i. Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros;

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (a) Mensuradas ao custo amortizado;
- (b) Valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- (c) Valor justo registrado por meio do Resultado do Exercício.

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

Ativos financeiros	Descrição
Caixa e Equivalente de Caixa	Custo amortizado
Contas receber clientes	Custo amortizado
Ativos setoriais - Gás a Compensar - Conta Gráfica	Custo amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo amortizado
Financiamentos	Custo amortizado
Arrendamentos	Custo amortizado

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

ii. Mensuração subsequente;

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações contábeis de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- (a) Ativos financeiros ao custo amortizado: são mensurados conforme modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais em que os termos do contrato deem origem a fluxos de caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos de juros do valor principal.
- (b) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: quaisquer ativos financeiros que não possam ser classificados como mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados e reconhecidos como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no valor justo, também estão incluídos nessa categoria.
- (c) Passivos financeiros: a Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, exceto por: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para não ser reconhecido ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável, (iii) contrato de garantia financeira, (iv) compromissos de conceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, (v) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios, à qual deve ser aplicado o CPC 15.

d. Redução ao valor recuperável “modelo de perdas de crédito esperadas”;

O CPC 48 adota modelo de perdas esperadas, em que se faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro, registrando-se os efeitos quando houver indicativos de perdas de crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Administração da Companhia identificou a necessidade de redução das perdas esperadas com créditos em 31 de dezembro de 2024, conforme Nota Explicativa nº 6.

e. Capital social.

i. Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

ii. Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

f. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2024.

g. Intangível

Contrato de concessão

A Companhia possui com o estado de Santa Catarina um contrato de concessão de serviço público de distribuição de gás canalizado, no qual o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados, a que preço, bem como detém o direito à infraestrutura construída pela concessionária ao final do contrato. Por meio desse contrato, a concessionária tem o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás.

A Companhia reconhece como ativo intangível os valores despendidos para formação dos ativos reversíveis (infraestrutura) e passíveis de recuperação via tarifa em 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Na análise da vida útil estimada de seus ativos intangíveis, a Companhia considera, em atendimento às premissas do cálculo tarifário, os seguintes critérios: (i) a base de recuperação dos investimentos na infraestrutura e (ii) a manutenção do equilíbrio entre receita e custos da atividade, definindo a amortização pelo prazo de 10 anos, pois representa o consumo do seu benefício econômico e conseqüentemente a vida útil estimada de seu ativo intangível, gerados na formação dos bens reversíveis.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis e, conseqüentemente, da sua vida útil estimada. Nesse sentido, a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência sua aderência ao negócio da Companhia.

h. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo de realização, incluindo,

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a estimativa para perdas.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social dos exercícios corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% ao que exceder de R\$240 mil, para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável, para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda corrente e diferido e as contribuições sociais corrente e diferida, sendo todos reconhecidos no resultado.

O tributo corrente é reconhecido com base no lucro tributável apurado no período.

O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis.

Os ativos e os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e se referem ao imposto de renda e à contribuição social sobre lucro lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e de contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e de contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

j. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

k. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques, custo de produção e de transformação e outros custos incorridos para trazê-lo à localização e à condição pretendidas pela Companhia.

l. Benefícios a empregados

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

i. Benefícios de curto prazo a empregados;

Obrigações relativas a benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de bonificação em dinheiro ou de participação nos lucros, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

ii. Planos de contribuição definida.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego pelo qual uma empresa paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições, para um plano de contribuição definida, cujos vencimentos são maiores que 12 meses após o final do período durante qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos a partir dos saldos de contas.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte;
- Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo que não sejam aposentadorias e pensões;
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

m. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

ativo ou passivo.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

(a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a adequação do valor devido à Companhia sob condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

O modelo utilizado pela Companhia está de acordo com as práticas contábeis estabelecidas no CPC 48 e a análise das condições que podem identificar mudanças de risco de recebimento é verificada ao menos uma vez ao ano e leva em consideração três variáveis: a) análise de eventos passados; b) condições atuais; e c) previsão de condições econômicas futuras. A Nota Explicativa nº6 (i) apresenta a metodologia de mensuração do reconhecimento no resultado como provisão de perdas com créditos esperadas a ser utilizado como Impairment dos seus ativos financeiros em suas demonstrações contábeis.

(b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, adiantamento a fornecedores, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa - UGC - exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

n. CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

O CPC 47 estabelece o modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

O princípio fundamental do CPC 47 consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

De acordo com esse Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente.

Nesse sentido, a Companhia reconhece receitas oriundas principalmente das seguintes fontes:

- Venda de gás canalizado, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 22a;
- Construção da infraestrutura para o Poder Concedente, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 22b.

Os administradores avaliaram a receita proveniente da construção da infraestrutura para o Poder Concedente, visto que se trata de requerimento contábil exigido pelo ICPC 01, a fim de expressar o reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis junto ao Poder Concedente. A transferência do controle ocorre no momento da construção. A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção.

Os administradores da Companhia também avaliaram as principais fontes de receita da entidade, conforme discriminado acima, e entendem que elas representam obrigações de desempenho, as quais deverão ser reconhecidas quando a entrega do gás e/ou o serviço for realizada.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

o. CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A SCGÁS, na qualidade de arrendatária, reconhece o ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e o passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos relativos aos contratos de arrendamento. Quanto às despesas relacionadas a esses ativos, a Companhia reconhece, mensalmente, a depreciação e a despesa financeira sobre as obrigações decorrentes dos contratos, tendo como contrapartida o passivo de arrendamento.

Atualmente, a Companhia mantém contratos de arrendamento de imóveis e de veículos. Os termos do arrendamento são negociados individualmente e podem conter uma ampla variedade de condições diferentes. Os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

p. Ativos e Passivos setoriais - Conta Gráfica

A Resolução da Agência Reguladora ARESC Nº 73, em vigor desde 17 de novembro de 2016, revisada pela Resolução ARESC Nº 73 REV 1, de 14 de maio de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024, estabeleceu mecanismo de atualização e de recuperação das variações do preço do gás e do transporte nas tarifas dos serviços de distribuição de gás canalizado no estado de Santa Catarina.

Os ativos e passivos setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre o custo do gás estabelecido no contrato de concessão e regulamentado pela Resolução nº 73/16 e suas revisões, e o custo do gás efetivamente contemplado na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Por meio desse mecanismo, as variações entre os valores mensais pagos ao supridor e os valores repassados aos usuários nas tarifas são apuradas e formam um saldo a ser repassado periodicamente.

O saldo acumulado, corrigido pela Selic, é apurado a cada semestre, sendo dividido pelo volume de vendas projetado para o semestre seguinte, constituindo uma parcela de recuperação, positiva ou negativa, que é adicionada/reduzida ao custo do gás fixado em tarifa para o semestre seguinte (que é fixado com base na projeção de custo para este semestre no momento da definição do repasse periódico). Adicionalmente, existe a possibilidade de realização de repasse excepcional ou extraordinário desses saldos, desde que ocorram variações significativas no custo do gás que justifiquem a movimentação tarifária.

Assim, essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito, quando o custo realizado é maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando o custo é inferior ao contemplado na tarifa. Conforme disposto ainda na Resolução nº 73/16 e suas revisões, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão farão parte do cálculo final da indenização à Companhia.

i. Reclassificação - saldo comparativo no resultado

A variação dos ativos e passivos setoriais apresentados anteriormente no

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

resultado como custos dos produtos vendidos passaram a ser contabilizados como encargos setoriais na receita (lançamento contábil devedor ou credor, de acordo com a movimentação do período) a partir do corrente ano.

Demonstração do Resultado do Exercício	Dez/2023 Publicado	Reclassificações	dez/2023 Comparativo
Receita bruta com distribuição de gás	2.460.747	-	2.460.747
Receita líquida - Venda de gás	1.987.985	136.846	2.124.831
Custo dos produtos vendidos	(1.786.262)	(136.846)	(1.649.416)
Lucro bruto	201.722	-	201.722

q. Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024

A Administração vem acompanhando os pronunciamentos e suas respectivas atualizações que já foram emitidos. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabíveis.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback - Transação de venda e retroarrendamento (alterações ao CPC 06 - Arrendamentos)

Em 2022, o IASB alterou a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos, incluindo, exigência que um vendedor-arrendatário mensure subsequentemente os passivos de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e retroarrendamento (sale and leaseback), de forma que não reconheça nenhum montante do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido por ele. O vendedor-arrendatário deve aplicar retrospectivamente esse requisito de acordo com a IAS 8 (CPC 23) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro às transações de venda e retroarrendamento (sale and leaseback) realizadas após a data de aplicação inicial, ou seja, a partir do início do período do relatório anual em que a entidade aplicou pela primeira vez a IFRS 16 (CPC 06 (R2)).

Não houve impacto na adoção da nova norma às demonstrações financeiras da Companhia.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

Não houve impacto na adoção da nova norma às demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1/CPC 26

Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis). Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

Não houve impacto na adoção da nova norma às demonstrações financeiras da Companhia.

r. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Em abril de 2024, a IFRS 18 substituiu a IAS 1 (CPC 26) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências desta norma, não alteradas, e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 (CPC 23) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 (CPC 40) - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 (CPC 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 (CPC 41) - Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para:

- apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras;
- melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 (CPC 03) e IAS 33 (CPC 41), bem como a IAS 8 (CPC 23) e IFRS 7 (CPC 40) revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A administração da Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras no futuro.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

- Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros que alteram a IFRS 9 (CPC 48) e a IFRS 7 (CPC 40 (R1)).
- Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem obrigação pública: Divulgação, que permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras.
- Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.
(Em milhares de Reais - R\$)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	26	26
Bancos conta movimento	1.860	513
Aplicações financeiras ⁽ⁱ⁾	382.624	384.884
Numerários em trânsito	-	72
	<u>384.510</u>	<u>385.495</u>

O saldo de bancos conta movimento tem por objetivo, principalmente, o pagamento das faturas de gás natural.

- (i) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa;

5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são remuneradas em bases que variam de 92,3% a 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI):

Ativo circulante:

Instituição	Tipo de aplicação	Taxa	31/12/2024	31/12/2023
Banco do Brasil	Fundo Renda Fixa	95,3% a 95,9% do CDI	212.392	220.175
Caixa Econômica Federal	CDB e Fundo de Renda Fixa	92,3% a 101,5% do CDI	<u>170.232</u>	<u>164.709</u>
Total			382.624	384.884

Ativo não circulante:

Instituição	Tipo de aplicação	Taxa	31/12/2024	31/12/2023
Banco do Brasil	RF LP Tesouro Selic	93,7% do CDI	<u>19.117</u>	<u>17.469</u>
Total			19.117	17.469

A aplicação financeira mantida no Banco do Brasil objetiva atender a cláusula do contrato de financiamento com o BNDES (**Projeto V**), sendo que, durante o período de carência, a Companhia deve manter em “Conta Reserva” o valor equivalente a R\$15 milhões. Já durante o prazo de amortização da dívida, o valor a ser mantido na conta deve equivaler a três prestações de amortização de principal e de juros vencidos no mês imediatamente anterior ao mês de verificação pelo BNDES.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Distribuição de gás canalizado	109.228	148.346
(-) Provisão para perdas com créditos esperadas ⁽ⁱ⁾	<u>(9.281)</u>	<u>(9.305)</u>
Total	99.947	139.040
Circulante	99.947	130.316
Não circulante ⁽ⁱⁱ⁾	-	8.725

O período médio de recebimento na distribuição de gás canalizado é de 20 dias. Nenhum juro é cobrado sobre as contas a receber de clientes em aberto.

Demonstra-se a seguir a movimentação das perdas com créditos esperadas:

	2024	2023
Saldos nos inícios dos exercícios	9.305	5.287
Perdas constituídas no exercício	-	4.018
Reversão de perdas	<u>(24)</u>	<u>-</u>
Saldos nos finais dos exercícios	9.281	9.305

(i) Provisão para perdas com créditos esperadas

As provisões para perdas com créditos esperadas são constituídas em montante considerado adequado para recuperação de créditos considerados duvidosos. Em função das suas políticas de gerenciamento de risco e de crédito, a Companhia mensurou e reconheceu o produto da análise da inadimplência ocorridas nos **últimos 12 (doze) meses**, considerando, também, as condições atuais e o plano de negócio. A média dessa análise foi aplicada sobre a carteira de clientes, chegando-se ao percentual de 0,41%, que somado aos valores dos títulos a receber vencidos há mais de 90 dias é o resultado considerado como provisão para perdas de créditos esperadas reconhecida nas demonstrações contábeis.

(ii) Plano de Fidelidade

Em agosto de 2012, a instabilidade no ambiente regulatório motivou a Companhia a suspender a aplicação de uma política comercial de descontos, denominada “Plano de Fidelidade”, que vigorou por mais de uma década. Entretanto, alguns consumidores contestaram judicialmente a referida suspensão e, com base em liminares, seis clientes ingressaram com ações judiciais, efetuando os pagamentos das faturas com a aplicação dos descontos por meio de depósitos judiciais.

Em 2023 e 2024 três dos processos judiciais tiveram trânsito em julgado a favor da SCGÁS e outros que por meio de decisões judiciais foram deferidas liberações de valores depositados em juízo pelos clientes, os quais foram liberados para pagamento à Companhia. Em outubro de 2024 houve a liberação do último valor que estava depositado judicialmente.

Ressalta-se que o parecer jurídico interno opina no sentido de ser remota a possibilidade de perda das ações, ainda que sem decisão definitiva em última instância.

7. Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Estoque operação e manutenção	4.667	4.073
Estoque de gás natural e odorante	<u>1.121</u>	<u>1.378</u>
	5.788	5.451

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Períodos findos em 31 de dezembro de 2024. (Em milhares de Reais - R\$)

8. Despesas antecipadas

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios de seguros	443	515
Assinaturas e anuidades	3	249
Comissões	-	73
Direito de passagem a apropriar ⁽ⁱ⁾	1.285	1.146
Licenças de software a apropriar	295	663
Outros	-	13
	<u>2.026</u>	<u>2.659</u>
Circulante	1.999	2.592
Não Circulante	27	67

⁽ⁱ⁾ Devido às características de sua expansão da infraestrutura de gasodutos, a Companhia utiliza a área de faixa de domínio das rodovias estaduais e, por questões legais, paga pelo uso desses espaços.

9. Créditos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos de gás QPNR (Quantidade Paga e Não Retirada) ⁽ⁱ⁾	115.262	105.608
Débitos de gás QPNR (Quantidade Paga e Não Retirada) ⁽ⁱⁱ⁾	<u>(60.845)</u>	<u>(8.223)</u>
	54.417	97.385
Ativo circulante	54.417	97.385
Ativo não circulante	-	-

⁽ⁱ⁾ Refere-se a adiantamento junto a fornecedora Petrobrás decorrente dos contratos de aquisição de gás NMG 22-25, NMG 24-32 e NMG 24-34, relativo à aquisição de volumes contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, incluindo cláusula de compensação futura. A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido, num prazo de até 120 dias após o vencimento dos contratos. De acordo com as disposições contratuais e perspectivas de consumo, a Companhia estima compensar integralmente os volumes até o final do ano de 2025.

⁽ⁱⁱ⁾ No ano de 2024, houve a recuperação de 21.792 mil m³ de gás natural, sendo R\$ 40.602 mil o valor da recuperação e R\$ 20.243 mil de atualização de Retiradas Mínimas Mensais (RMM), totalizando R\$ 60.845 mil.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

10. Tributos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS	11.458	12.364
IRPJ/CSLL	-	(12.270)
ICMS - normal e CIAP	27.772	30.918
Exclusão ICMS BC PIS-COFINS ⁽ⁱ⁾	-	14.996
	<u>39.230</u>	<u>46.008</u>
Circulante	33.242	38.396
Não Circulante	5.988	7.612

- (i) Em 2007, a SCGÁS ajuizou ação de procedimento ordinário, na qual requeria a exclusão dos valores relativos ao ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e a compensação das parcelas recolhidas indevidamente a esse título. Em 11/03/2021, o processo teve seu trânsito em julgado, com decisão favorável à Companhia. Assim, a SCGÁS contratou empresa especializada para levantar o montante a ser recuperado e, em julho de 2021, protocolou pedido de habilitação dos créditos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), conforme procedimento previsto na Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017 (posteriormente revogada pela Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021). Em 31/08/2021, a SRFB emitiu o Despacho SRFB nº 588/2021, com deferimento favorável. Dessa forma, a Companhia reconheceu o montante de R\$137,2 milhões a título de tributos a recuperar. Os créditos tributários foram mensalmente atualizados mediante aplicação da taxa SELIC e foram recuperados integralmente, por meio de compensação, até o segundo trimestre de 2024.

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

i. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados trimestralmente, com base nas alíquotas de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% ao que exceder de R\$60 mil, para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável, para contribuição social sobre o lucro líquido.

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a Recolher	14.059	-
CSLL a Recolher	5.678	-
Total:	<u>19.736</u>	<u>-</u>

ii. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Períodos findos em 31 de dezembro de 2024. (Em milhares de Reais - R\$)

A composição dos tributos diferidos durante o exercício é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para contingências passivas	661	778
Provisão para créditos com perdas esperadas	3.156	3.164
Provisão Direito de Passagem	2.461	1.414
Outras provisões	461	308
	6.739	5.664
IRPJ Diferido	4.955	4.165
CSLL Diferida	1.784	1.499

Segue a movimentação referente aos saldos dos tributos diferidos:

	Imposto de Renda Diferido		Contribuição Social Diferida	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
31 de dezembro de 2023	4.165	-	1.499	-
Provisão para contingências passivas	(86)	-	(31)	-
Provisão para créditos com perdas esperadas	(6)	-	(2)	-
Provisão Direito de Passagem	769	-	277	-
Outras provisões	113	-	41	-
31 de dezembro de 2024	4.955	-	1.784	-

12. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia é composto por direitos de uso relativos a contratos de aluguéis de imóveis e de veículos. Em conformidade com a adoção do CPC 06 (R2), os efeitos sobre as demonstrações contábeis estão apresentados:

	31/12/2024	31/12/2023
Bens de Direito de Uso - Arrendamento		
Saldo inicial	1.058	3.332
Reconhecimento Inicial Aluguel de Edificações	5.400	-
Reconhecimento Inicial Aluguel de Veículos	3.678	-
Reajuste Aluguel de Edificações - Sede	-	29
Depreciação	(2.302)	(2.303)
Total	7.834	1.058
Passivo de Arrendamento		
Saldo Inicial	1.272	4.008
Reconhecimento Inicial Aluguel de Edificações	6.132	-
Reconhecimento Inicial Aluguel de Veículos	3.678	-
Reajuste Aluguel de Edificações - Sede	-	29
Pagamentos	(3.020)	(2.980)
Juros Incorridos	641	215

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

Total	<u>8.704</u>	<u>1.272</u>
Circulante	2.501	1.240
Não Circulante	<u>6.203</u>	<u>32</u>
	8.704	1.272

Demonstra-se a seguir o montante do saldo de passivo de arrendamento por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Valor (em milhares de reais)</u>
2025	2.501
2026	2.736
2027	1.735
2028	1.471
2029	261
<u>Total</u>	<u>8.704</u>

13. Ativos/Passivos setoriais - gás a compensar/restituir

Os ativos e passivos setoriais - conta gráfica - têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia em função da diferença entre o preço de gás e do transporte efetivo observado pela Companhia e os contemplados na tarifa, com base nas resoluções emitidas pela ARESC.

A seguir demonstra-se a movimentação da conta gráfica:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldos iniciais	(37.067)	99.779
Custo do Gás ⁽ⁱ⁾	58.538	(110.606)
Atualização do Saldo da conta gráfica ⁽ⁱⁱ⁾	(556)	3.523
Demais Valores ⁽ⁱⁱⁱ⁾	<u>14.825</u>	<u>(29.763)</u>
Saldos finais	<u>35.740</u>	<u>(37.067)</u>

(i) Refere-se a diferença entre o custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas.

(ii) Refere-se a atualização do saldo da conta gráfica.

(iii) Valores da variação financeira do saldo QPNR e receita de encargos de venda.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.
(Em milhares de Reais - R\$)

14. Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	31/12/2024	31/12/2023
Terrenos	--	635	385
Tubulações	10%	849.573	673.374
Aparelhos, máquinas e equipamentos	10%	104.439	96.330
Veículos	10%	686	472
Sistemas e equipamentos de informática	10%	10.185	10.187
Software	10%	3.774	2.988
Sistema de gestão	10%	6.267	5.463
Equipamentos e móveis administrativos	10%	4.894	4.034
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	4.473	2.960
Intangível a amortizar	--	87.972	171.600
Valor contábil bruto		1.072.898	967.793
(-) Amortização acumulada		(598.709)	(555.688)
Valor contábil líquido		474.189	412.105

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.
(Em milhares de Reais - R\$)

Segue abaixo a movimentação ocorrida nos anos de 2023 e 2024:

Descrição	Saldo em							Saldo em
	31/12/2022	Adições	Reclassificação	Baixas*	Devolução estoque	Transferências	Amortização	
Terrenos	388	--	(3)	--	--	--	--	385
Tubulações	149.701	3	(55)	--	(158)	80.537	(31.172)	198.856
Aparelhos, máquinas e equipamentos	20.034	7.503	(182)	--	(59)	2.137	(3.341)	26.092
Veículos	468	--	--	--	--	--	(47)	421
Sistemas e equipamentos de informática	3.518	1.933	(18)	--	--	--	(628)	4.805
Software	756	557	--	--	--	--	(123)	1.190
Sistema de gestão	4.131	324	--	--	--	--	--	4.455
Equipamentos e móveis administrativos	308	2.132	--	--	--	--	(154)	2.286
Benfeitorias em imóveis de terceiros	709	1.452	--	--	--	--	(144)	2.017
Intangível a amortizar	145.602	108.345	143	--	184	(82.674)	--	171.600
Total	325.615	122.249	(115)	--	(33)	--	(35.609)	412.107

Descrição	Saldo em							Saldo em
	31/12/2023	Adições	Reclassificação	Baixas*	Devolução estoque	Transferências	Amortização	
Terrenos	385	250	--	--	--	--	--	635
Tubulações	198.856	--	--	(76)	(47)	176.332	(39.100)	335.965
Aparelhos, máquinas e equipamentos	26.092	6.513	--	(340)	(7)	3.148	(4.246)	31.160
Veículos	421	214	--	--	--	--	(65)	569
Sistemas e equipamentos de informática	4.805	586	--	(27)	--	--	(744)	4.620
Software	1.190	786	--	--	--	--	(187)	1.788
Sistema de gestão	4.455	805	--	--	--	--	--	5.259
Equipamentos e móveis administrativos	2.286	1.078	--	(3)	--	--	(328)	3.033
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.017	1.525	--	(2)	--	--	(353)	3.187
Intangível a amortizar	171.600	95.616	(78)	289	26	(179.480)	--	87.972
Total	412.107	107.372	(78)	(160)	(28)	-	(45.024)	474.189

(*) Para fins desta movimentação considerar baixa como: destinação para conta contábil de alienação em curso no ARLP; ao resultado como baixa efetiva, doações, furto, perda e outras classificações.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Períodos findos em 31 de dezembro de 2024. (Em milhares de Reais - R\$)

A Companhia reconhece como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás, vinculada à prestação do serviço especificado no contrato de concessão.

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação de dois componentes: (i) custos e despesas operacionais; e (ii) remuneração do capital investido, composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida no respectivo Contrato de Concessão.

A amortização do direito de prestar o serviço de distribuição está intrinsecamente relacionada ao consumo dos benefícios econômicos representados pelo ativo. Em virtude disso e do que está determinado no Contrato de Concessão, para o cálculo da tarifa de distribuição do gás canalizado, a Companhia amortiza os bens de concessão com a taxa de 10% ao ano, sendo essa alocada aos custos dos serviços prestados. Cumpre destacar que o prazo de concessão é de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 28 de março de 1994.

Todos os bens da Companhia serão reversíveis ao poder concedente ao término do contrato de concessão, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários à determinação dos montantes do prévio pagamento de indenização devido à Companhia. Os ativos adquiridos ou construídos e não amortizados, nos últimos 10 anos de concessão, constituirão os valores a serem indenizados ao término da concessão. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía valores a receber do poder concedente.

15. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de gás e transporte*	127.856	160.719
Fornecedores de materiais e serviços	20.692	27.961
Total de Fornecedores	148.548	188.680

Circulante	139.995	188.680
Não Circulante	8.553	-

* Em 18/12/2024, foi assinado junto a Petrobrás o Termo de Encerramento de Pendências onde a companhia obteve a recuperação de R\$15,13 milhões relativo a não exclusão do ICMS das bases do PIS/COFINS nos faturamentos de 2021. Valor reconhecido em contrapartida a Outras Receitas Operacionais.

O saldo de R\$ 8.553 mil está contabilizado no passivo não circulante, refere-se a provisão contábil da cessão de uso de faixa de domínio, que está sob judice, atinente a parte privatizada das rodovias federais. A reclassificação é devido a não previsão de realização até o fim do próximo exercício social.

a. Fornecedor Depósito Cauçionado

Em 17/12/2024 a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A - TBG publicou que o processo de oferta e contratação de capacidade - POCC foi suspenso temporariamente conforme determinado pela Agência Nacional de Petróleo - ANP.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

Visando dar continuidade a prestação do serviço de transporte, foi assinado um contrato para o primeiro trimestre de 2025, mediante apresentação da garantia. O depósito da caução foi realizado em 23/12/2024, no montante de R\$2,43 mil sendo que será devolvido ao término do contrato, corrigida pela taxa SELIC.

16. Obrigações tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS	1.918	1.525
ICMS	2.037	2.269
Tributos sobre a folha de pagamento	2.318	2.199
Tributos retidos na fonte	2.590	2.418
Total:	8.863	8.411

17. Imposto de Renda e Contribuição Social s/Lucro Líquido

<u>Reconciliação do IR/CSLL</u>	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	242.092	215.380
<i>Alíquota - %</i>	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal	(82.312)	(73.229)
<u>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</u>		
Adições		
<i>Despesa com depreciação - CPC 06</i>	(510)	(783)
<i>Despesa financeira - CPC 06</i>	(136)	(73)
<i>Outras despesas indedutíveis e outras adições</i>	(1.163)	(610)
Exclusões		
<i>Juros sobre o Capital Próprio</i>	13.180	11.633
<i>Reversão da despesa de aluguel - CPC 06</i>	701	945
<i>Benefícios Fiscais</i>	1.382	1.277
<i>Juros SELIC sobre Indébitos Tributários</i>	106	1.759
<i>Outras Exclusões</i>	--	--
Imposto de Renda e Contribuição Social - despesa efetiva	(68.752)	(59.081)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(69.827)	(61.221)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	1.075	2.140
Taxa efetiva - %	28,40%	27,43%

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

18. Empréstimos e financiamentos

Os recursos do financiamento junto ao BNDES relativos ao **projeto IV** referem-se ao contrato assinado em janeiro de 2019, que estabelece a liberação de R\$102 milhões, para fazer face ao Plano de Investimentos da Companhia relativo ao período de 2016 a 2020. Em agosto de 2019, houve a liberação da primeira parcela, no montante de R\$35,3 milhões. Em setembro de 2020, houve a liberação da segunda parcela, no montante de R\$29,9 milhões, e, em novembro de 2020, a liberação da terceira parcela, de R\$25,3 milhões. Por fim, em novembro de 2021, foi liberada a quarta parcela, no valor de R\$11,6 milhões.

Os recursos do financiamento junto ao BNDES relativos ao **Projeto V** referem-se ao contrato assinado em dezembro de 2021, que estabelece a abertura de crédito no montante de R\$180 milhões, para subsidiar o Plano de Investimentos da Companhia relativo ao período de 2021 a 2023. Em 29 de junho de 2022, houve a liberação da primeira parcela, no valor de R\$64 milhões. Para o recebimento do recurso, a SCGÁS incorreu em custos de transação, no montante de R\$2 milhões.

Os *covenants* exigidos no contrato do Projeto V estão dentro dos parâmetros exigidos conforme demonstrado a seguir.

Covenants BNDES - Projeto V

	Parâmetro exigido: menor que	dez/24	dez/23
a) Dívida Líquida/EBITDA:	3,00	-	-
b) Endividamento Geral:	0,70	0,29	0,36

Os saldos dos financiamentos estão discriminados abaixo:

Tipo	Encargos financeiros	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
BNDES IV	2,10% ao ano mais SELIC	30/04/2027	29.497	38.023
BNDES IV	1,95% ao ano mais TJLP	30/04/2027	21.127	29.936
BNDES V	5,71% ao ano mais IPCA	15/03/2029	59.850	67.182
(-) Custo da transação a amortizar			(1.360)	(1.901)
Total			109.114	133.240
Circulante			36.580	31.044
Não Circulante			72.534	102.196

Para a liberação das parcelas dos **Projetos IV e V**, a Companhia incorreu em custos com comissões e com Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), os quais, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1), devem ser apropriados ao resultado durante o período do contrato considerando-se o método dos juros efetivos. Tal sistemática considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) para apropriação dos encargos financeiros durante a vigência do financiamento.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, foram apropriados ao resultado R\$ 268 mil referentes aos custos de transação do Projeto IV.

As liberações de recursos relativas ao **Projeto IV** foram subdivididas em dois subcréditos, sendo que o subcrédito “A” tem como referência a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e o “B”, é indexado à SELIC. Assim, para o cálculo dos custos de transação a serem reconhecidos no resultado foram calculadas duas Taxas Internas de Retorno (TIR). Abaixo, seguem os custos de transação atribuíveis às liberações relativas ao **Projeto IV**, bem como as TIRs calculadas para cada subcrédito.

Para a liberação das parcelas do **Projeto V**, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, foram apropriados ao resultado R\$ 242 mil referentes aos custos de transação do **Projeto V**.

i. Custo transação primeira parcela Projeto IV

	Custos de Transação	TIR (%)
SELIC	476	0,6198
URTJLP	495	0,6787

ii. Custo transação segunda parcela Projeto IV

	Custos de Transação	TIR (%)
SELIC	275	0,3959
URTJLP	287	0,5960

iii. Custo transação terceira parcela Projeto IV

	Custos de Transação	TIR (%)
SELIC	233	0,3733
URTJLP	243	0,5580

iv. Custo transação quarta parcela Projeto IV

	Custos de Transação	TIR (%)
SELIC	140	0,4065
URTJLP	142	0,6630

v. Custo transação primeira parcela Projeto V

	Custos de Transação	TIR (%)
IPCA	2.096	0,9853

As garantias contratuais relativas ao Projeto IV foram alteradas em maio de 2024, mediante aditamento contratual (Aditivo nº 02 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 18.2.0592.1), substituindo as fianças bancárias por obrigações especiais (covenants), devendo a Companhia manter durante a vigência do referido contrato os seguintes índices: i) Dívida Líquida/EBITDA $\leq 3,0$; ii) índice de Endividamento Geral (Exigível Total/Passivo Total) $\leq 0,70$. O **Projeto V** é garantido mediante “Conta Reserva”, na qual deve ser mantido valor equivalente a R\$15 milhões durante o período de carência. Durante o prazo de amortização da dívida, o valor a ser mantido na conta deve equivaler a três prestações de amortização de principal e de juros vencidos no mês imediatamente anterior ao mês de verificação pelo BNDES (vide nota 5).

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

As projeções do montante do saldo a pagar ao fim de cada ano dos financiamentos junto ao BNDES* têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de Vencimento	SELIC	TJLP	IPCA	Total
2025	29.497	21.126	59.850	110.473
2026	18.905	12.237	47.944	79.086
2027	5.293	3.101	34.752	43.146
2028	-	-	20.219	20.219
2029	-	-	4.231	4.231

* Encerramento dos contratos em março de 2029.

19. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	1.348	868
Férias a pagar	4.742	4.455
13º salário a pagar	-	-
Honorários a pagar	3.109	3.212
Participação lucros e nos resultados	5.076	2.883
Provisões trabalhistas	1.642	1.539
	<u>15.917</u>	<u>12.957</u>

20. Provisão para contingências

A SCGÁS é parte em processos judiciais nas áreas cível, trabalhista e tributária. A Companhia efetua a movimentação das provisões com base no relatório da gerência jurídica interna e com base no CPC 25. No exercício social de 2024 houve diminuição da provisão para essas contingências no montante de R\$343 mil, diminuição de 15% no saldo total se comparado com dezembro de 2023.

Segue o detalhamento das contingências passivas da Companhia:

Estimativa de perda	Tipo de Causa			Total
	Cível	Trabalhista	Tributária	
Provável	91	1.596	258	1.945
Possível	3.399	414	4.532	8.345
	<u>3.490</u>	<u>2.010</u>	<u>4.790</u>	<u>10.290</u>

A seguir a movimentação da provisão para contingências prováveis:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Anterior	2.288	3.377
(+) Adições	1.840	-
(-) Baixas	(2.183)	(1.089)
Saldo final	<u>1.945</u>	<u>2.288</u>

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

As informações e os valores apresentados estão em constante mutação, sendo avaliados a cada decisão judicial proferida ou manifestação de relevância jurídica capaz de provocar alterações no resultado. Os números apresentados no relatório de contingências jurídicas não apresentam relevância jurídica capaz de comprometer minimamente a estabilidade financeira da Companhia.

A Companhia possui registrado o montante de R\$3.521 mil em dezembro de 2024, (R\$3.346 mil em 31 de dezembro de 2023) a título de depósitos judiciais, os quais foram efetuados no decorrer das ações trabalhistas com as quais a Companhia está envolvida.

21. Patrimônio líquido

i. Capital Social

Em 28 de abril de 2023, a assembleia deliberou pelo aumento do capital social mediante integralização da reserva de retenção de lucros remanescentes do exercício social de 2021, no valor de R\$84.032 mil.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social possuía o montante de R\$342.324 mil, o mesmo valor de 31 de dezembro de 2023.

O capital social subscrito está totalmente integralizado, sendo composto por 10.749.497 ações com valor nominal de R\$31,85 das quais 3.583.167 são ordinárias e 7.166.330 são preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2023), assim distribuídas:

	Quantidade de ações			Participação
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc	1.827.415	-	1.827.415	17%
Commit Gás	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Infraestrutura de Gás para a Região Sul - Infragás	107.496	-	107.496	1%
	<u>3.583.167</u>	<u>7.166.330</u>	<u>10.749.497</u>	<u>100%</u>

Aos acionistas são garantidos dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado, obedecendo ao disposto no Estatuto Social da Companhia e na legislação societária brasileira.

Em fevereiro de 2013, a Procuradoria Geral do estado de Santa Catarina - PGE, representando o Governo do estado de Santa Catarina e as Centrais Elétricas S.A. - CELESC, entrou com ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento contra a SCGÁS, a Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (atual Commit Gás), a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. e a Infragás S.A., questionando, dentre outros assuntos, acerca da transferência do controle acionário da Companhia e do acordo de acionistas firmado em 1994. Em março de 2013, o juízo de 1º grau concedeu liminar favorável aos autores. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro (atual Commit Gás), em 2ª instância, ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar. Em dezembro de 2015, foi publicada sentença de mérito em favor dos autores, pelo juízo de 1º grau, tendo os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro (atual Commit Gás) apresentado os recursos judiciais cabíveis. Em 2018 os recursos da

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

Mitsui e Gaspetro (atual Commit Gás) foram providos, julgando improcedentes os pedidos da inicial do Estado e da Celesc. Dessa decisão, o estado de Santa Catarina e a Celesc interpuseram recurso especial, os quais em outubro de 2024, por unanimidade, não foram conhecidos pelo STJ, mantendo-se assim a improcedência da ação. A decisão ainda não transitou em julgado.

ii. Reserva legal

A Reserva é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, limitada a 20% do capital social, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

iii. Reserva de retenção de lucros

A constituição de reserva de retenção de lucros destina-se à aplicação em investimentos relacionados à distribuição de gás natural, previstos em orçamento de capital, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (alterado pela Lei nº 10.303/2001).

A AGO de 26/04/2024 deliberou pela retenção de R\$ 58.261 mil como Reserva de Retenção de Lucros, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na legislação supracitada e com o previsto no Orçamento de Capital, destinados à aplicação em investimentos relacionados com a distribuição de gás natural. O saldo da Reserva de Retenção de Lucros em 31/12/2024 é de R\$ 158.320 mil (R\$ 100.059 mil em 31/12/2023).

iv. Reserva estatutária

Em 28 de abril de 2014, por meio de Assembleia Geral Ordinária (AGO), a Companhia instituiu a reserva estatutária, destinada à retenção de parcela do lucro não realizada financeiramente em decorrência da ação judicial em curso relativa ao plano de fidelidade, com consequente alteração do seu estatuto social. Tal reserva é limitada ao valor total não realizado financeiramente, líquido dos efeitos fiscais, devendo ser observado, ainda, o limite de 50% do montante do capital social. A realização da reserva ocorrerá quando do trânsito em julgado da referida ação judicial.

v. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JSCP)

Em 31 de dezembro de 2024, tem-se o montante de R\$ 8.219 mil (R\$0,765 por ação) evidenciado no passivo referente aos dividendos mínimos obrigatórios constituídos nos termos artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e do estatuto social da companhia.

A AGE de 08/03/2024 autorizou o reconhecimento trimestral, para o exercício social de 2024, de Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. Os pagamentos dos JSCP, trimestrais, serão realizados no mês subsequente aos créditos. Em 31 de dezembro de 2024, tem-se o

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

montante de R\$ 8.237 mil (R\$0,766 por ação) evidenciado no passivo relativo ao último trimestre do exercício social.

22. Receita

a. Receita Líquida - Venda de gás

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da Receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta com distribuição de gás	2.148.143	2.460.747
Encargos setoriais - custo do gás	72.807	-
Receita com operações contratuais do gás	3.148	-
Devolução vendas	(67)	(111)
ICMS sobre vendas	(237.465)	(278.508)
PIS sobre vendas	(31.578)	(34.631)
COFINS sobre vendas	(145.451)	(159.512)
Receita Líquida	1.809.536	1.987.985

b. Receitas e custos de construção

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de construção	106.373	120.675
(-) Custo de Construção	(106.373)	(120.675)
Receita Operacional Líquida de Construção	-	-

23. Custo dos produtos vendidos

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de Aquisição Gás Natural	(1.445.353)	(1.716.704)
Custo de Pessoal	(12.628)	(11.430)
Serviços de Terceiros	(16.676)	(16.507)
Materiais	(1.277)	(1.131)
Gerais	(182)	(169)
Direitos de Passagem	(7.835)	(7.630)
Amortização	(41.153)	(32.693)
Total	(1.525.104)	(1.786.262)

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.
(Em milhares de Reais - R\$)

24. Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos	(31.177)	(28.202)
Despesas com benefícios	(5.234)	(4.680)
Treinamento	(206)	(744)
Estágios e Menor Aprendiz	(16)	(18)
Serviços	(8.567)	(8.702)
Aluguéis	(1.264)	(1.476)
Despesas com apólices de seguros	(382)	(391)
Materiais de manutenção	(276)	(248)
Viagens e representações	(202)	(336)
Veículos operação	(281)	(264)
Despesas com Depreciação	(2.302)	(2.303)
Despesas gerais	(4.094)	(3.229)
Despesas legais e judiciais	(716)	(584)
Despesas institucionais	(1.462)	(1.575)
Total	(56.179)	(52.122)

25. Despesas Comerciais

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos	(7.220)	(7.522)
Despesas com benefícios	(1.089)	(1.173)
Serviços	(440)	(675)
Viagens e representações	(163)	(191)
Despesas gerais	(167)	(78)
Total	(9.079)	(9.639)

26. Outras receitas/despesas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Penalidade Contratual ⁽ⁱ⁾	-	33.844
Tributos e taxas ⁽ⁱⁱ⁾	(25.216)	(25.365)
Provisão/reversão para contingências jurídicas	344	1.089
Baixa de Bens Inservíveis	(1.309)	-
Provisão/reversão de perda com créditos esperadas	24	(4.019)
Outras receitas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	16.665	408
Total	(9.492)	5.957

(i) Penalidade Contratual aplicada a clientes relativa à quantidade contratada e não retirada.

(ii) A Taxa de Fiscalização de Serviços de Gás Natural Canalizado - TFGNC cobrada pela ARESC é de 0,9% do Benefício Econômico Auferido - (BEA), conforme definido na Resolução 199/2022.

(iii) Em 18/12/2024, foi assinado junto a Petrobrás o Termo de Encerramento de Pendências onde a companhia obteve a recuperação de R\$15,13 milhões relativo a não exclusão do ICMS das bases do PIS/COFINS nos faturamentos de 2021. Valor reconhecido em contrapartida a Outras Receitas Operacionais. Vide nota 15.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.
(Em milhares de Reais - R\$)

27. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	39.890	31.614
Juros / Multa de clientes ⁽ⁱ⁾	7.981	46.846
Receita com Correção Monetária ⁽ⁱⁱ⁾	329	5.613
Total	<u>48.200</u>	<u>84.073</u>
Despesas Financeiras		
Juros e taxas de financiamentos	(13.321)	(14.011)
Variações Monetárias e Cambiais	(639)	(215)
Outras despesas financeiras	(1.830)	(386)
Total	<u>(15.790)</u>	<u>(14.612)</u>
Resultado financeiro	32.410	69.461

⁽ⁱ⁾ Os recebimentos pela Companhia de valores que estavam depositados em juízo de cliente integrantes do Plano Fidelidade foram os principais fatores que contribuíram para o saldo desta conta contábil. Vide nota 6.ii.

⁽ⁱⁱ⁾ Valor se refere ao reconhecimento da atualização de tributos a recuperar devido à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e de COFINS, vide nota 10.

28. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

29. Partes relacionadas

O controle da Companhia é compartilhado entre Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - Celesc, Commit Gás, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda e Infragás S/A.

a. Remuneração - Conselho de administração e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e os Diretores, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Conselho de administração	426	415
Diretores	<u>1.736</u>	<u>1.601</u>
Total	2.161	2.016

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.
(Em milhares de Reais - R\$)

b. Transações com partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas compreendem reembolsos de diretores cedidos pelos acionistas.

Composição dos saldos	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante		
Reembolso Diretor cedido Commit Gás	1.571	1.617
Reembolso Diretor cedido Mitsui	<u>1.538</u>	<u>1.596</u>
Total	3.109	3.213

30. Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos, advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as políticas e os processos para a mensuração e o gerenciamento de risco e de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar no seu gerenciamento, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando análises periódicas dos saldos em aberto, bem como cobranças nos casos necessários. Cumpre destacar que, em se tratando das contas a receber de clientes, o risco de crédito é baixo devido à pulverização da carteira.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais.

Os passivos financeiros não derivativos, principalmente, o contrato de fornecimento do Gás Natural junto aos supridores, possui prazo de vencimento médio

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

de 25 dias.

O fluxo de caixa contratual compreende o valor do principal acrescido dos juros estimados. A seguir, demonstram-se os fluxos de caixa relativos aos passivos financeiros da Companhia.

	Saldo Contábil	Fluxo de caixa	Até 3 meses	4 meses a 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Arrendamentos	8.702	10.397	847	2.443	5.260	1.848	-
Empréstimos e financiamentos	109.113	110.473	7.488	23.899	58.867	20.219	-
Fornecedores	148.548	148.548	139.995	-	8.553	-	-
Total	266.363	269.418	148.330	26.342	72.680	22.067	-

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, que provocam impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre financiamentos e aplicações financeiras, sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes. O cenário provável para 31 de dezembro de 2024 foi definido por meio de premissas disponíveis no mercado, e o cálculo da sensibilidade foi realizado considerando-se a variação entre as taxas relativas a 31 de dezembro de 2024. Na análise, foi considerada uma variação de 25% e de 50% sobre os índices flutuantes.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

Segue análise de sensibilidade quanto aos saldos de financiamentos e de aplicações financeiras.

Índice	Taxa em 31/12/2024 (%)	Cenário possível - Δ 25%	Cenário remoto - Δ 50%
CDI	12,15	9,11	6,08
SELIC	12,25	15,31	18,38
TJLP	7,97	9,96	11,96
IPCA	4,83	6,04	7,25

Item	Saldo em 31/12/2024	Exposição	Cenário possível - Δ 25%	Cenário remoto - Δ 50%
Ativo				
Aplicações Financeiras	401.741	CDI	36.599	24.426
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos - Projeto IV SELIC	29.473	SELIC	4.512	5.417
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos - Projeto IV TJLP	21.059	TJLP	2.097	2.519
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos Projeto V IPCA	59.717	IPCA	3.607	4.329

i. Risco de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco cambial no contrato de compra de Gás Natural firmado com os fornecedores de suprimentos. A Companhia não utiliza contratos de derivativos para fazer frente a esse risco, visto que tais valores, de acordo com o Contrato de Concessão, devem ser repassados ao consumidor conforme mecanismo previsto na Resolução nº 073/2016 da ARESC.

ii. Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não se utiliza de contratos de derivativos para fazer frente a esse risco.

iii. Risco Regulatório

A regulação dos serviços de distribuição de gás natural é realizada pela Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC instituída para fiscalizar e orientar a prestação dos serviços públicos concedidos, bem como editar normas técnicas, econômicas e sociais para a sua regulação, quando o serviço for prestado.

Em relação ao mecanismo de repasse da parcela do custo do gás e do transporte às tarifas, a resolução nº 73/16 e suas revisões, da ARESC vem sendo

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais - R\$)

aplicada periodicamente, assim como as aprovações de aplicações de margem regulatória.

A resolução ARESC N° 299, de 30 de outubro de 2024, que dispõe sobre a aprovação do procedimento para apuração do saldo de quitação da conta gráfica a ser adotado pela SCGÁS, aprovou o procedimento geral, a ser adotado pela Companhia, para atender ao disposto no §11 da Resolução ARESC n° 73 Rev.1 e no §8 da Resolução ARESC n° 136 Rev.1 quanto à quitação do saldo da conta gráfica na migração de usuários do mercado cativo para o mercado livre que ocorrerá a partir de 2025.

A resolução ARESC N° 256, de 1° de junho de 2023 autorizou a instalação do Ponto de Entrada - PE de Siderópolis e o repasse desses custos que farão parte da tarifa de transporte a ser cobrada de todos os usuários da rede de distribuição de gás natural canalizado da SCGÁS.

A ampliação de mais um ponto de entrega no sul do Estado tem em vista permitir o atendimento ao mercado local e mitigar riscos operacionais.

31.Eventos subsequentes

No dia 17/12/2024, o Congresso Nacional aprovou a primeira etapa da reforma tributária sobre o consumo (PLP n° 68/2024), sancionada no dia 16/01/2025.

A principal mudança com a implementação da reforma tributária é a substituição de tributos federais, estaduais e municipais por apenas dois - CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre bens e serviços), conforme o projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024 que regulamenta a implementação dos tributos previstos pela Emenda Constitucional 132. A CBS irá substituir os tributos - PIS, COFINS e IPI e a IBS irá substituir o ICMS e ISS.

Com essa mudança, o Brasil passa a aderir ao sistema de IVA Dual (Imposto sobre valor agregado), alinhando-se às práticas internacionais.

Não há como prever o impacto efetivo na indústria do gás, uma vez que, ainda serão publicadas a legislações complementares objetivando definir as alíquotas dos tributos, bem como a publicação dos regulamentos da CBS e do IBS.

***** x *****